

ESTUDANTES TRABALHADORES DE CAMADAS POPULARES EM SEU DESAFIO COTIDIANO DE CONCILIAR TRABALHO E ESTUDO*

Lucinéa de Souza Pereira**
Rosa Maria da Exaltação Coutrim***



HTTP://DX.DOI.ORG/10.18224/EDUC.V23I1.7376

Resumo: *este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre as vivências universitárias de estudantes trabalhadores de camadas populares da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Trata-se de uma investigação de caráter qualitativo sob a perspectiva da sociologia da educação, que traz entrevistas interpretativas com estudantes trabalhadores dos cursos de graduação que ingressaram na UFOP no segundo semestre de 2013. Os resultados revelaram o desafio pessoal de conciliar estudo e trabalho causando até a interrupção da formação escolar. Trata-se de um contingente muito expressivo nas universidades que é, na maioria dos casos, invisível para seus pares, seus professores e para a própria instituição.*

Palavras-chave: *Estudantes universitários. Camadas populares. Estudante trabalhador.*

Introdução

O processo de democratização do ensino nas universidades brasileiras se consolidou a partir dos anos 2000 com a implantação das políticas de expansão do ensino superior público, com destaque para o

* Recebido em 19/05/2019. Aprovado em 13/04/2020.

** Mestre em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto. Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). *E-mail:* Lucineadesouza@gmail.com.

*** Doutora em Ciências Humanas Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Associado da Universidade Federal de Ouro Preto. *E-mail:* rosacoutrim@ufop.edu.br

Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), e, posteriormente, as ações afirmativas na educação superior pública, Lei Federal nº 1.711/2012, que possibilitou a ampliação do número de estudantes nas universidades públicas provenientes de camadas populares e que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas da rede pública de ensino.

No caso específico do estudante trabalhador de camadas populares, o desafio é a permanência na universidade, considerando a impossibilidade de abster-se do trabalho em prol dos estudos e a consequente dificuldade de conciliar vida acadêmica com atividade laborativa.

O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como principal objetivo investigar como o estudante trabalhador de camadas populares vivencia a vida universitária considerando a socialização, as expectativas e as práticas cotidianas. A investigação foi feita com estudantes trabalhadores que ingressaram na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) via reserva de vaga social para famílias com renda bruta per capita familiar de até 1,5 salários mínimos.

Buscou-se conhecer com a investigação as condições concretas e as vivências desses estudantes que necessitam trabalhar enquanto cursam o ensino superior em uma universidade pública.

A metodologia seguiu a abordagem qualitativa e as ferramentas de coleta de dados foram:

- Pesquisa do perfil socioeconômico dos estudantes trabalhadores disponíveis na plataforma Cadastro para Programas de Assistência Estudantil (CPAE) da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) da UFOP, referente ao período de 2013/2 a 2015/1;
- Pesquisa da relação de estudantes cotistas ingressantes na modalidade reserva de vagas para renda familiar bruta per capita de até 1,5 salários mínimos, referente ao período de 2013/2 a 2015/1 no banco de dados da Pró Reitoria de Graduação (PROGRAD).
- Aplicação de questionários via e-mail junto aos vinte e três estudantes cotistas selecionados, sendo dezessete mulheres e seis homens que, no ato da matrícula do Sistema de Seleção Unificada (SISU), declararam exercer atividade remunerada e residir em Mariana e Ouro Preto anteriormente ao ingresso na UFOP.

Os questionários foram enviados aos estudantes via e-mail com o recurso do formulário *Google Forms* e tiveram como objetivo obter

dados sobre a trajetória de trabalho pré e pós ingresso na UFOP, o perfil socioeconômico, e os aspectos favorecedores da longevidade escolar.

A escolha do indicador socioeconômico renda familiar bruta mensal *per capita* de até 1,5 salários mínimos deveu-se ao fato dessa ser a renda máxima estabelecida pelas políticas de reserva de vagas para estudantes de camadas populares e de baixa renda em universidades públicas.

Acredita-se que haja um percentual significativo de estudantes trabalhadores de camadas populares que ingressaram na universidade por ampla concorrência ou por ação afirmativa na modalidade apenas raça e/ou escola pública. Contudo, o presente recorte faz parte de uma opção de estudo justificada pela existência de um banco de dados da PRACE, sendo os dados institucionais disponibilizados através do sistema de acesso à informação, que contempla todos os estudantes que ingressaram por cota social na modalidade renda familiar bruta mensal *per capita* de até 1,5 salários mínimos.

- Na segunda etapa, após a tabulação e análise dos questionários, foram selecionados quatro estudantes para as entrevistas semidirigidas sob a abordagem reflexiva (SZYMANSKI, 2004). Todos os selecionados declararam trabalhar e residir em Mariana e Ouro Preto anteriormente ao ingresso na UFOP. As categorias de análise foram estruturadas de acordo com os eixos temáticos: longevidade escolar, trabalho na vida do estudante universitário de camadas populares e vivências universitárias.

O roteiro da entrevista teve como proposta conhecer a história de vida escolar desses estudantes trabalhadores e, simultaneamente, proporcionar um momento reflexivo acerca do contexto verbalizado.

Ao todo foram entrevistados dois homens e duas mulheres dos cursos de Estatística, Pedagogia, Museologia e Serviço social. Os nomes que aqui aparecem são fictícios a fim de manter o anonimato dos entrevistados, em conformidade com o Comitê de Ética e Pesquisa da UFOP. Entre os estudantes ouvidos na pesquisa, apenas Fernanda deixou de trabalhar formalmente para fazer o curso de graduação. Anderson e Josiane conseguiram flexibilização de horário no trabalho, e Reginaldo permaneceu trabalhando oito horas diárias, mas acabou trancando o curso meses após a realização da entrevista.

Para melhor compreensão dos resultados, o artigo está dividido em três blocos de discussão. O primeiro aborda o desafio vivido pelos estudantes para permanecerem na universidade, considerando a impossibilidade de abster-se do trabalho em prol dos estudos e a consequente dificuldade para conciliar vida acadêmica com atividade laborativa.

Em seguida, são apresentados os relatos dos estudantes entrevistados acerca de suas vivências universitárias, demonstrando que, para o estudante trabalhador, a falta de tempo para os estudos é o principal fator de fragilização do percurso acadêmico, bem como da sociabilidade e da vivência de experiências universitárias para a além da sala de aula.

Por último, são trazidas as considerações finais do artigo.

SUPERANDO OS OBSTÁCULOS

Trabalhar e estudar requer um grande envolvimento pessoal com o curso, porém cabe também destacar que a relação com o estudo é uma construção coletiva, em que o estudante assimila, de seu meio familiar e social, as bases para a motivação e dedicação à sua vida escolar.

Assim, a mobilização familiar, seja intencional ou não, pode criar disposições pessoais que garantam o êxito e o alcance do ensino superior. No caso dos estudantes trabalhadores, o percurso escolar demanda disciplina e empenho, e são frequentes as situações em que é necessário abdicar de momentos de lazer, descanso e sociabilidade com a família e amigos.

Para Vargas e Paula (2013), em se tratando de estudantes trabalhadores de camadas populares, além de medidas institucionais que garantam os recursos básicos para a permanência na universidade, são urgentes os ajustes das exigências da escolarização à necessidade de trabalhar. “Por vezes, o trabalho dificulta a escolarização, por vezes, a ausência de trabalho impede a escolarização” (VARGAS; PAULA, 2013, p. 465).

O trabalho aparece como condição primária na vida desses estudantes, sendo a perspectiva de trancamento ou abandono do curso a única opção diante da impossibilidade de conciliar estudos e trabalho. Sobre a impossibilidade de abster-se do trabalho Mesquita (2010, p. 134) problematiza que:

No caso de o estudante ter que trabalhar e ajudar no sustento da família revela uma nova situação. O que ele ganha é o suficiente para se manter e ainda é possível ajudar no sustento da família. Este estudante independente de estudar não pode abandonar o trabalho, pois a sua participação nas despesas familiares é significativa. Infere-se, a partir desta informação, que com sua renda ele assume suas despesas além de ajudar nas despesas familiares. Isto posto mostra que o trabalho é para este estudante uma prioridade, ficando em segundo plano o estudo.

Certamente, os estudantes que se dividem entre o trabalho e a universidade possuem maior necessidade de organização do tempo e das tarefas diárias do que os estudantes que não trabalham. Acerca das dificuldades enfrentadas pelos estudantes trabalhadores, Vargas e Paula (2013) mencionam que, no caso do ensino noturno, o horário de início da aula normalmente coincide com o término da jornada de trabalho, o que ocasiona constantes atrasos por parte dos estudantes ou aulas que se iniciam frequentemente após o horário. Para essas autoras, eles chegam ao ambiente universitário cansados, e possuem pleno entendimento dos prejuízos acadêmicos que tais situações lhes proporcionam.

Em se tratando de estudantes trabalhadores de camadas populares, estudos feitos por Portes (2000) e Zago (2000) em regiões diferentes do Brasil demonstram que o percurso até a chegada à universidade é marcado pelo ingresso precoce no trabalho, por uma trajetória escolar moldada pelo imprevisto e pelo aproveitamento de oportunidades que vão surgindo ao longo da escolaridade.

A relação entre trabalho e estudo é marcada pela constante dificuldade de conciliação dessas duas instâncias que ocupam grande parte do cotidiano dos estudantes. Há o distanciamento e a falta de articulação entre as dimensões estudo e trabalho, ocasionando desgastes físicos e emocionais, uma vez que as vivências de trabalho não são incorporadas às experiências acadêmicas. Assim, de acordo com Leão e Nonato (2014, p. 40), é perceptível a sensação de isolamento vivida por esses estudantes.

[...] suas experiências, necessidades e demandas são estranhas para uma escola que não fala sua língua, que ignora o que eles fazem e sabem, levando-os a sucessivas repetências e abandonos. [...] Em muitos casos, a rigidez da organização escolar (tempos, conteúdos, avaliações) dificulta o seu desempenho.

Conforme pontuado por Leão e Nonato (2014), o currículo do Ensino Superior não contempla as reais demandas dos estudantes trabalhadores, sendo que, muitas vezes, há uma dicotomia entre a atividade que os mesmos executam no âmbito do trabalho e o conteúdo proposto em sala de aula.

Tal dicotomia é primordialmente social e se reflete no currículo, que não considera as especificidades do público estudantil noturno e prioriza

o conteúdo teórico em detrimento do saber prático que os estudantes do noturno desejam aprender e compartilhar em sala.

Outro aspecto que dificulta a aprendizagem do que é transmitido pelos professores por parte dos estudantes trabalhadores, principalmente aqueles do ensino noturno, é a rigidez na metodologia e a carga horária das disciplinas. Além disso, em muitos casos, os conteúdos das disciplinas não se articulam com as suas vivências cotidianas, o que dificulta o processo de aprendizagem.

Nesse sentido, em seu estudo sobre o ensino noturno, Silva (2014) pontua que, além das dificuldades com horários para estudos e frequência às aulas, os estudantes dos cursos noturnos encontram obstáculos no currículo. Para a autora, a reorganização curricular se configura como uma alternativa de melhoria na formação dos estudantes trabalhadores.

Certamente, as discussões acerca da reorganização curricular do ensino noturno feitas por Silva (2014) convergem para as questões referentes à qualidade do ensino noturno e, principalmente, para a temática do aproveitamento acadêmico.

A expansão meramente numérica das vagas dos cursos noturnos não leva à democratização do ensino de fato, e sim a uma formação superior de qualidade inferior por parte dos estudantes de camadas populares e, principalmente do estudante trabalhador que, conforme sugere Mesquita (2010), é o seu público majoritário. Nessa direção, o autor destaca a importância de se conhecer as reais condições de acesso e permanência em que o estudante trabalhador se insere:

Estudar e trabalhar não é novidade em um país onde a renda per capita não alcança três salários mínimos e o acesso ao ensino superior é realidade para poucos. O nó da questão é justamente em que condições reais este acesso, permanência e conclusão se efetivam para aqueles que trabalham e estudam. O grande desafio é saber se trabalhar e estudar é uma conquista, um benefício ou uma falácia (MESQUITA, 2010, p. 17).

Problematizando os principais entraves para o bom desempenho do estudante trabalhador, Mesquita (2010, p. 168) ainda argumenta que um dos maiores obstáculos na formação dos estudantes trabalhadores é a falta de recursos materiais e, conseqüentemente, a falta de tempo para se dedicarem aos estudos. Tal escassez impede que façam seus cursos

com qualidade. O que se reflete nos baixos índices da educação superior brasileira nas avaliações internacionais.

No panorama de escassez financeira supracitada, percebe-se que as relações acadêmicas mais abrangentes necessárias à vida acadêmica ficam comprometidas, cabendo ao estudante trabalhador o difícil esforço individual e, em muitos casos, solitário, para compreender e acompanhar as disciplinas e alcançar notas satisfatórias para concluir a graduação.

Os estudos de Terribili Filho (2007) e Mesquita (2010) demonstram que esse movimento de superação cotidiana de conciliação de estudo e trabalho ocorre majoritariamente no ensino noturno e, sobre tal realidade, Mesquita esclarece que:

O estudante do período noturno é considerado, em potencial, um trabalhador. Assim, infere-se que ele, ao chegar à sala de aula vai submeter-se a mais uma jornada de trabalho. A adequação deste ensino se concretiza, principalmente no ensino fundamental e médio, com uma matriz curricular com menos horas, menos atividades, maior flexibilização no processo avaliativo, numa suposta compreensão das “limitações” deste estudante (MESQUITA, 2010, p. 77).

Pode-se observar na escrita de Mesquita (2010), que, especificamente no caso do estudante trabalhador, há uma tendência ao ingresso no curso noturno, fato que configura uma extensão da jornada de trabalho e, conseqüentemente, uma precarização dos estudos, seja por parte do estudante, que não dispõe de tempo para os estudos, seja também por parte da instituição escolar, que tende a fragmentar os conteúdos por não conseguir se adequar previamente ao perfil desses estudantes.

Os dados do Censo da Educação Superior do ano de 2017 (INEP, 2017) apontam uma expansão do ensino superior noturno desde 2008, sendo que em 2017 já representava a média de 59,6% das matrículas em cursos de graduação. Especificamente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs) o ensino noturno atingiu a média de 30% das matrículas nos cursos de graduação em 2017.

Assim, com vistas à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem de todos os seus estudantes, é de suma importância que as universidades repensem suas estratégias educacionais em relação ao ensino noturno e, especificamente, à situação peculiar do estudante trabalhador, tendo em vista a garantia do acesso e a permanência em um Ensino Superior de qualidade e adequado ao perfil desse estudante.

Estudar e Trabalhar: o que os estudantes trabalhadores da UFOP nos dizem

O grande desafio posto ao estudante trabalhador é conciliar tempo para o trabalho e para as exigências da vida universitária, considerando-se que o estudo só é possível numa situação aquém da necessária para uma boa formação profissional. Assim, as condições reais de estudo e participação em atividades acadêmicas extraclasse estão diretamente vinculadas à quantidade de tempo e dedicação que o trabalho exige desse estudante. Ou seja, no caso das camadas populares, deixar de trabalhar não é uma opção e, portanto, o estudante necessita preservar o emprego em detrimento até dos estudos.

A estudante Josiane, uma das entrevistadas na pesquisa, problematiza a impossibilidade de deixar de trabalhar para estudar. Conforme já evidenciado por Mesquita (2010), para Josiane o trabalho ocupa papel principal em sua vida:

No momento, o trabalho ocupa o primeiro lugar, porque eu não posso deixar de trabalhar, não posso deixar e bancar um período, eu posso atrasar um pouquinho [o curso] que não tem nada a ver, mas questão do trabalho não (JOSIANE, Serviço Social vespertino, 5º período).

Podemos observar na fala de Josiane a necessidade eminente do trabalho, sendo a permanência deste como condição para a permanência no curso de graduação. Nessa relação entre trabalho e estudo verifica-se uma demanda de reorganização no âmbito acadêmico, com consequentes atrasos no curso e reprovações.

Assim, para aqueles que estudam e trabalham estão postos os desafios de organizar uma permanência com o mínimo de qualidade no que tange às vivências universitárias e aproveitamento acadêmico.

Sobre esses desafios no decorrer do curso de graduação, Mesquita (2010, p. 17) pontua que o centro da questão é justamente em que condições reais esse acesso, permanência e conclusão se efetivam o percurso acadêmico para aqueles que trabalham e estudam. Em síntese, o grande desafio é saber se trabalhar e estudar é uma conquista, um benefício ou uma falácia.

Conforme apontado por Almeida (2014), a gratuidade do ensino nas Instituições públicas atrai os estudantes de baixa renda que enxergam nessas universidades uma oportunidade de ouro para concluir seus estudos. Contudo, conciliar estudos e trabalho exige escolhas difíceis.

Esse contexto é ilustrado pela estudante Josiane, que, apesar de contar com a flexibilização da jornada de trabalho, destaca as dificuldades de trabalhar e estudar porque precisa remanejar constantemente seus horários de trabalho e não encontra flexibilidade por parte da universidade:

Nossa, é muito difícil! Por mais, assim, que, às vezes, eu posso trocar meu horário, colocar ele num outro, mas é muito difícil! Eu acho que quem tá estudando tem que ter uma dedicação melhor, tem que ter dedicação porque lá [no trabalho] eu posso trocar, mas aqui [na universidade] não pode trocar nada! (JOSIANE, Serviço Social, vespertino, 5º período).

Josiane pontuou que sempre precisa articular seus horários e tarefas no trabalho para cumprir as exigências da universidade e deixou transparecer insatisfação com a rigidez da instituição. Ela menciona a diferença entre a instituição de ensino pública e privada. Relata que já trabalhava quando fez curso técnico na rede privada de ensino e que contou com maior flexibilidade da instituição na época.

Para o estudante trabalhador a falta de tempo para os estudos é o principal fator de fragilização do percurso acadêmico. Assim, percebe-se a necessidade da ação de gestores e docentes para propor um projeto de ensino superior que alcance o estudante trabalhador, tanto na esfera acadêmica, quanto no que tange ao acesso das possibilidades de sociabilidade e experiências universitárias para a além da sala de aula.

A fala de Reginaldo, outro estudante entrevistado, também demonstra os desafios postos às universidades públicas para o atendimento das demandas dos estudantes trabalhadores. Para ele, as dificuldades acadêmicas têm a ver, principalmente, com a falta de flexibilidade da instituição e de tempo para se dedicar aos estudos:

O aluno trabalhador, ele não tá conseguindo concluir os cursos da UFOP porque os professores, eles podem exigir, eles têm que exigir um curso de qualidade, mas eles não estão dando espaço pro trabalhador, o jovem trabalhador conseguir seguir aquele ritmo dele. Ele tá muito pesado pro trabalhador, o aluno trabalhador não tem aquela disponibilidade de tempo necessário pra concluir um curso. (REGINALDO, Estatística noturno, trancou o 5º período).

Em seu depoimento, Reginaldo problematizou a falta de tempo do estudante trabalhador para concluir seu curso. Em momento nenhum

negou a importância de se fazer um curso de qualidade e de cumprir uma carga curricular adequada, porém, admitiu que o tempo que tem para estudar não permite acompanhar o curso nos moldes em que a grade curricular está estruturada.

Os percalços vivenciados pela desgastante rotina de conciliar estudo e trabalho demanda uma reflexão crítica acerca da democratização do Ensino Superior brasileiro, pois a expansão do acesso sem igualdade de oportunidades, no que diz respeito ao ingresso e à permanência em um curso superior de qualidade e com reais oportunidades de vivenciar a universidade e concluir o curso, não configura, de fato, a democratização do ensino.

A fala de Reginaldo alerta para a invisibilidade institucional do estudante trabalhador. Nessa direção, Siqueira (2011) reafirma a necessidade de as universidades repensarem seu modo de agir institucional, principalmente no que se refere aos cursos noturnos. Assim, não é mais praticável que as universidades ainda funcionam apenas nos moldes de atendimento de um público socialmente favorecido e com total disponibilidade para os estudos.

As considerações de Anderson, estudante do curso de museologia e também entrevistado na pesquisa, coloca em pauta a importância da redução da jornada de trabalho durante o curso de graduação, o que proporciona certa tranquilidade no que se refere a conciliar trabalho e estudo:

É! Quando eu trabalhava o dia inteiro, me atrapalhava muito assim, porque História é um curso que tem uma carga de leitura muito grande, né? Na Museologia, eu não tenho tanta dificuldade porque não é tão grande a carga de leitura! Depois que eu comecei a trabalhar só meio horário, aí ficou tranquilo, porque eu trabalhava de manhã e tinha os períodos da tarde pra ler. Aí ficava mais tranquilo (ANDERSON, Museologia noturno, 5º período).

Outro aspecto relevante na trajetória escolar de Anderson é o fato de já estar na segunda graduação e já possuir uma vivência universitária constituída. Assim, para Anderson, trabalhar e estudar já não causa estranheza e sofrimentos demasiados, pois este estudante relata que já sabe como lidar com os percalços que podem surgir nessa trajetória.

Reginaldo também problematizou a ausência de debate e medidas institucionais que visem a uma efetiva permanência do estudante trabalhador na UFOP, e falou sobre a necessidade de se rever a grade curricular, adequando-a às demandas de quem trabalha e estuda:

Tem que, eu não sei, mas tem que estudar aí essa grade desse curso aí. É quatro anos, passa isso pra cinco, mas nós, trabalhadores, não vai ter como acompanhar isso! Vai dar uma desistência enorme do trabalhador aí. Foi o que aconteceu, eu tinha mais ou menos uns cinco amigos aqui de Ouro Preto, da minha na área, da Matemática, é, ninguém chegou ao final do curso. Ninguém conseguiu! (Reginaldo, Estatística noturno, trancou o 5º período).

Reginaldo enfatiza que a demanda dos estudantes trabalhadores não é por facilidades no decorrer do curso, e sim pela proposição de medidas que garantam a esses estudantes uma conclusão tranquila de seu curso e com qualidade acadêmica.

Complementando, destacou que os recursos de suporte acadêmico vigentes na UFOP não atendem ao estudante trabalhador. A universidade oferece monitoria para os estudantes que apresentam dificuldade em determinadas matérias. Porém, na grande maioria dos cursos, as aulas de monitoria ocorrem durante o dia e, conseqüentemente, excluem os estudantes que estão trabalhando. Reginaldo menciona que já pediu um monitor para atendê-lo à noite, mas não teve sucesso porque “[...] às vezes, você conseguia conversar com o monitor, você matava a aula de um professor pra pegar alguma dica com o monitor. Mas não era razoável isso”.

No extremo oposto, observamos que a redução da jornada de trabalho impulsiona a maior participação na vida universitária. Foi o que aconteceu com Fernanda, aluna do curso de Pedagogia, que deixou de trabalhar formalmente e passou a atuar como vendedora autônoma, e Anderson que conseguiu redução na jornada de trabalho formal. Com mais tempo livre, eles tiveram a oportunidade de participar como bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e demonstraram muita satisfação pela conquista. Anderson já está em sua segunda graduação e pretende fazer o mestrado. Fernanda também relatou sua satisfação em atuar no PIBID e planeja continuar os estudos fazendo o mestrado em educação.

Ambos ressaltaram a importância das bolsas oferecidas pela universidade para a diminuição da jornada de trabalho, embora suas escolhas tenham diminuído a renda de cada um deles. A experiência de Anderson e Fernanda foi um exemplo de que os estudantes trabalhadores sentem desejo de participar de outras atividades oferecidas pela universidade, porém, as necessidades primárias de sustento e de auxílio nas despesas domésticas fazem com que a vivência universitária se reduza à sala de aula.

Para que sejam atores de seus percursos universitários é necessário que os estudantes tenham tempo e condições para vivenciar a experiência acadêmica. Para Almeida (2014, p. 253) o ingresso no Ensino Superior exige nova postura do estudante em relação à prática de estudo, sendo que, na etapa da graduação, o estudante passa a conduzir sua rotina de estudo e sua vida estudantil.

Almeida (2014, p. 255) também faz menção às “dificuldades materiais” que podem acometer o percurso universitário, como a distância entre a moradia, o trabalho e o *campus*, que exige um aporte financeiro para pagar o transporte, a alimentação, as fotocópias exigidas nas disciplinas, para comprar livros e equipamentos, como computador.

O não acesso a esses bens de consumo os coloca em um patamar de inferioridade social e cultural em relação aos demais estudantes que possuem melhores condições socioeconômicas. Tais desvantagens dificultam o bom desempenho escolar e perpetuam a desigualdade, como o fato de não ter tido acesso durante a trajetória pregressa e atual aos conhecimentos de línguas estrangeiras, artes e à evolução tecnológica, bem como às atividades acadêmicas de pesquisa e extensão.

A outra desvantagem é mais subjetiva e se reflete na interação e convivência com os demais universitários, como possuir veículos para agilizar a ida à aula e o acesso ao lazer e às festas, possuir recursos para adquirir equipamentos tecnológicos de ponta e seguir padrão de moda e consumo vigentes.

Ressalta-se também que após o ingresso na universidade, torna-se necessária uma nova adaptação à rotina domiciliar, uma vez grande parte da rotina familiar do estudante é reestruturada, principalmente no que se refere à convivência e ao lazer junto aos demais familiares.

Outro aspecto importante a ser considerado é que a vivência universitária do estudante trabalhador também se apresenta estigmatizada ou precarizada em seu plano simbólico, pois, de acordo com Portes e Sousa (2014, p. 171), o período universitário é um momento de respostas “às exigências simbólicas” que são postas aos estudantes como comportamentos específicos do público que domina o ambiente universitário, adaptação às formas de falar, de vestir, de andar e também à manutenção de um padrão acadêmico compatível com o restante da turma.

Para os estudantes trabalhadores, dar respostas a essas exigências simbólicas torna-se mais complexo, pois estes não dispõem de tempo e, geralmente, nem disposição física para a interação fora do espaço em sala. A relação com os colegas é marcada pelo estranhamento, por entendê-los

como diferentes, tanto socialmente quanto em relação à idade. No caso de Fernanda e Reginaldo, por exemplo, por serem casados e possuírem mais de 30 anos, referem-se aos colegas de turma como aqueles meninos.

Apesar da maior diversidade presente atualmente no ambiente universitário, as entrevistas demonstraram que vários estudantes trabalhadores se sentem fora do lugar, excluídos de forma efetiva no ambiente universitário.

Sobre tal sensação de não pertencimento encontrada na fala dos estudantes, Portes e Sousa (2014) destacam que o ambiente universitário proporciona o contato e o conhecimento de novas instâncias da vida social e, principalmente, da vida cultural. Contudo, essa nova vivência acaba por levar a muitos conflitos e sofrimentos, principalmente ao estudante trabalhador de camadas populares, que não possui recursos financeiros e nem tempo disponível para acessar esses bens de consumos.

Considerações Finais

A trajetória educacional do estudante trabalhador de camadas populares é permeada pela relação dicotômica entre trabalho e escola, relação essa que influencia o seu contexto social, seu universo existencial, suas expectativas profissionais e sua adaptação ao ambiente universitário.

Após o ingresso desses estudantes no Ensino Superior, é fundamental manter a motivação e a superação contínua, pois, para eles, a adaptação ao ritmo e à rotina de estudo causa angústia e muitas dúvidas, como a sensação de que não serão capazes de prosseguir com os estudos. A sensação de que a universidade não é para eles se concretiza para muitos quando, após tanto esforço, reconhecem a impossibilidade de concluir o curso, como foi o caso de Reginaldo que, meses após aceitar participar da entrevista, trancou o período por dificuldades em conciliar estudos e trabalho.

Além da dificuldade de adaptação inicial, também se verificou na fala dos entrevistados, que são claros os empecilhos que o estudante trabalhador tem que superar, como mencionado por Josiane, que precisa compensar horários no trabalho e não dispõe de tempo para os estudos. A frustração por não vivenciar tudo o que a universidade oferece por causa da dupla jornada (trabalho e estudo) está muito presente na fala de Reginaldo quando destaca que a grade curricular, da forma que está estruturada, não atende ao estudante trabalhador. Além disso, segundo o depoente, é impossível ter uma formação mais completa, seja partici-

pando de pesquisas, projetos de extensão, ou mesmo ter acesso a serviços fundamentais, como o suporte de monitoria, que é oferecido somente durante o dia.

Cabe destacar a importância da flexibilização do horário de trabalho, pois, conforme evidenciado nos depoimentos, quando o estudante trabalhador consegue flexibilizar o horário ou o turno de trabalho torna-se possível continuar estudando e trabalhando, inclusive no turno vespertino, apesar de todo esforço pessoal que a conciliação dessas duas atividades impõe à rotina desse universitário.

Os dados da pesquisa demonstraram que a universidade, representada por seus estudantes, professores, técnicos administrativos e gestores, ainda não problematiza de forma efetiva as condições em que se concretiza a permanência do estudante trabalhador em uma universidade pública.

Os estudantes trabalhadores acabam por representar apenas números nas estatísticas de baixo rendimento acadêmico, de trancamentos e de evasões de curso. Suas demandas específicas, suas condições de permanência e de vivências universitárias são esferas invisíveis no ambiente universitário, configurando dessa forma uma exclusão velada. Por isso, com base na discussão já bastante consistente no campo de estudo e nos depoimentos dos estudantes, ressaltamos a importância das universidades atentarem para a condição do estudante trabalhador, para que sejam propostas ações que propiciem uma vivência acadêmica plena, a fim de que esses estudantes deixem de ser espectadores e passem a ser atores do meio universitário.

STUDENTS WORKING WITH POPULAR LAYERS IN THEIR DAILY DEFIANCE OF CONCILIATING WORK AND STUDY

Abstract: *This article presents the results of a research about the university experiences of working students of popular classes of the Federal University of Ouro Preto. It is a qualitative research from the perspective of the sociology of education, which brings interpretive interviews with undergraduate worker students who joined UFOP in the second semester of 2013. The results revealed the personal challenge of reconciling study and work, causing even the interruption of school education. These students are part of a very expressive contingent at universities that, in most of cases, are invisible to their peers, their teachers and for the institution itself.*

Keywords: *University Students. Popular Classes. Student-Worker.*

Notas

- 1 Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, em 24 de abril de 2007, objetiva ampliar o acesso e a permanência na Educação Superior (BRASIL, 2007).
- 2 A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidenta da República, em 18 de novembro de 2011, tem o objetivo de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas. A lei é aplicável aos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios.
- 3 A todos os estudantes entrevistados foram atribuídos pseudônimos para proteção de suas identidades. O projeto de pesquisa passou por avaliação do comitê de ética em pesquisa da UFOP sendo aprovado sob parecer número 1.338.240.

Referências

- ALMEIDA, Wilson Mesquita de. Estudantes com desvantagens sociais e os desafios da permanência na universidade pública. In: PIOTTO, Débora Cristina. *Camadas populares e universidades públicas: trajetórias e experiências escolares*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014, p. 239-269.
- BRASIL. *REUNI: reestruturação e expansão das universidades federais - Diretrizes gerais em complemento ao art. 1º, § 2º, do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007*. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 19.12.2014.
- BRASIL. *Lei nº 12.711*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 17.04.2014.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Censo da educação superior de 2012*. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 23.05.2015.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Censo da educação superior de 2017*. Brasília, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 02.03.2019.
- LEÃO, Geraldo Magela Pereira; NONATO, Symaira Poliana. Juventude e trabalho. In: *Cadernos temáticos: juventude brasileira e Ensino Médio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 7-19.

MESQUITA, Maria Cristina das Graças Dutra. *O trabalhador estudante do ensino superior noturno: possibilidades de acesso, permanência com sucesso e formação*. 2010. 192f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

PORTES, Écio Antônio. O trabalho escolar das famílias populares. *In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (org.). Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 61-97.

PORTES, Écio Antônio; SOUSA, Leticia. A vida universitária de estudantes pobres na UFMG: possibilidades e limites. *In: PIOTTO, Débora Cristina. Camadas populares e universidades públicas: trajetórias e experiências escolares*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014, p. 167-237.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Universidades públicas: o debate político sobre cotas e ações afirmativas. FÓRUM DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE. *Anais...*, Universidade de Campinas, UNICAMP. Campinas, SP, 2014.

SIQUEIRA, Janes Teresinha Fraga. *Trabalhar para estudar, estudar para trabalhar: realidades e possibilidades*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

SZYMANSKI, Heloisa. Entrevista reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. *In: SZYMANSKI, Heloisa (org.). A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva*. Brasília: Liber Livro, p. 9-61, 2004.

TERRIBILI FILHO, Armando. *Educação superior no período noturno: impacto do entorno educacional no cotidiano do estudante*. 2007. 186f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. *Avaliação*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 459-485, jul. 2013.

ZAGO, Nadir. Processos de escolarização nos meios populares: as contradições da obrigatoriedade escolar. *In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (org.). Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 17-43.